

Relatório

Grupo PPE

Número 4 / Abril de 2011



Estabilidade e Solidariedade: Cimeira da UE promete um futuro mais seguro para a Zona Euro

Gunnar Larsson

A Cimeira da Primavera da UE, realizada em Bruxelas, foi, em muitos aspectos, inovadora, uma vez que veio ultimar o Mecanismo Europeu de Estabilidade, que irá substituir a facilidade temporária do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira. O novo mecanismo salvaguardará a estabilidade da Zona Euro, após um ano de turbulência nos mercados financeiros mundiais.

Na sua alocução ao Parlamento, Joseph Daul (FR), Presidente do Grupo PPE, louvou o desfecho decisivo da Cimeira, descrevendo a decisão de selar um pacto de protecção da moeda comum e da economia europeia como um sinal da vontade política dos dirigentes europeus de aprender com a crise financeira.

Atacando os socialistas que colocaram algumas das economias da Europa à beira da bancarrota, Daul afirmou: "A Europa distingue-se no mundo pelo seu modelo de economia de mercado, um modelo ao qual os cidadãos estão compreensivelmente ligados e que assenta no princípio da solidariedade, mas que é difícil de defender no contexto da globalização."

O eurodeputado alemão Werner Langen, Membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, apelou a um maior empenhamento por parte dos governos nacionais. Sem esse compromisso não será possível resolver com carácter duradouro os problemas da Europa.

Juntamente com Herman Van Rompuy, Presidente do Conselho, José Manuel Barroso, Presidente da Comissão, também participou no debate sobre as conclusões da Cimeira. O Presidente Barroso adoptou uma perspectiva mais alargada para abordar os desafios do futuro. "Desde há muito que temos vindo a discutir processos e instrumentos", disse. "Chegou agora o momento de pormos os processos e os instrumentos ao serviço da substância. Os processos e instrumentos são importantes, mas estão ao serviço da substância e não podem substituí-la. O desafio que temos de superar é o da nossa renovação económica. A verdade é que, para podermos investir, precisamos de confiança. A confiança

depende da nossa capacidade de modernizarmos, de inovarmos e de nos tornarmos mais sustentáveis e competitivos."

Fluxos Migratórios – há que fazer mais

Francesco Frapiccini

Esta semana, o Parlamento discutiu os fluxos migratórios do Norte de África em resultado da situação de emergência em Lampedusa, onde milhares de pessoas têm chegado nas últimas semanas, e votou o "Relatório sobre fluxos migratórios decorrentes da instabilidade: âmbito e papel da política externa da UE".

O debate conjunto seguiu-se a uma declaração da Comissária Malmström que anunciou medidas para reforçar ações já empreendidas pela Comissão Europeia relativamente a esta questão.

Os eurodeputados do Grupo PPE saudaram as medidas da Comissão, tendo, contudo, ao mesmo tempo, sublinhado a necessidade de se fazer mais, designadamente em termos de solidariedade, para fazer face àquilo "que não é um problema de um só Estado-Membro, mas um problema europeu", como afirmou Mario Mauro, Chefe da Delegação italiana (PDL) do Grupo PPE. "Os apelos à solidariedade europeia e, designadamente, a referência à Directiva 2001/55, que é sinal da disponibilidade da Comissão para ultrapassar a inacção dos últimos meses, são aspectos igualmente positivos".

Explicou igualmente que temos de nos concentrar na situação política no seu todo, o que constitui o aspecto verdadeiramente preocupante: "Os acontecimentos que estão a ocorrer nos países mediterrânicos são comparáveis à queda do Muro de Berlim, momento em que a Europa foi capaz de encontrar solidariedade. Neste momento, temos de ser capazes de instituir, para os países mediterrânicos, uma Política de Vizinhança digna desse nome.

Jacek Protasiewicz (PL), relator-sombra do Grupo PPE para o relatório, referiu a necessidade de aumentar as sinergias entre desenvolvimento e segurança na estratégia da UE. A revolução no Norte de África veio ensinar à UE que a ajuda distribuída pelos canais oficiais através de regimes ditatoriais não está a resolver os problemas. "O nosso auxílio tem de ajudar as pessoas, não os ditadores", disse. "A ajuda ao desenvolvimento da UE tem de ter por base não apenas condições para a realização de reformas económicas, mas também condições no domínio da democracia e dos direitos humanos. Sabemos agora que os jovens de países como a Líbia não estão apenas a pedir o seu pão quotidiano: estão também a pedir liberdade e democracia".

Um Acto para o Mercado Único: um estímulo ao crescimento económico e à competitividade

Girts Salmgriezis

Esta semana, o Parlamento Europeu adoptou três relatórios sobre o Acto para o Mercado Único: um sobre governação, um sobre o impacto nos cidadãos, e um sobre iniciativa e crescimento.

"O Mercado Único da União Europeia é a pedra angular da integração europeia. O relançamento do Mercado Único é tão importante para o crescimento económico e para a competitividade global da Europa como o reforço da aplicação da Estratégia 2020 da UE. Regozijo-me com o facto de os deputados ao Parlamento Europeu terem conseguido chegar a acordo relativamente a um conjunto claro de prioridades associadas às medidas necessárias à revitalização do Mercado Único", afirmou Sandra Kalniete (LV), relatora da proposta de resolução sobre governação e parceria no Mercado Único.

Foi alcançado acordo relativamente ao texto final dos relatórios após longas negociações entre os maiores grupos políticos, acordo que representa um consenso e um apoio alargados por parte do Parlamento Europeu, que a Comissão esperava. Foi agora dado um sinal claro e forte à Comissão relativamente às propostas essenciais que o Parlamento espera que aquela apresente em consonância com o relançamento do Mercado Único.

As prioridades do Grupo PPE para o relançamento do Mercado Único são assegurar a liderança política, reforçar a livre circulação, fomentar o Mercado Único Digital, e implementar uma estratégia global que garanta condições equitativas para todos os parceiros.

O Grupo PPE solicitou à Comissão Europeia a apresentação dos instrumentos necessários com vista a contribuir para a melhoria concreta da vida, quer dos cidadãos, quer das empresas.

Partidos Políticos Europeus passaram a ter direito a um estatuto jurídico europeu

Theo Georgitsopoulos

O relatório da deputada Marietta Giannakou (GR) relativo ao estatuto e ao financiamento dos partidos políticos a nível europeu foi esta semana adoptado, por uma maioria muito alargada do Parlamento Europeu.

No seu relatório, a deputada Giannakou apela à adopção de um estatuto jurídico europeu especial para os partidos políticos europeus e para as suas fundações políticas. Deste modo, os partidos políticos europeus podem adquirir personalidade jurídica nos termos do direito da União Europeia. Além disso, este poderá constituir o primeiro passo no sentido de melhoria do quadro regulamentar dos partidos políticos europeus.

O relatório distingue entre a criação e o financiamento dos partidos políticos da UE. Para ser financiado, um partido político, na UE, tem de ser representado pelo menos por um eurodeputado. A deputada Giannakou propõe igualmente:

- a possibilidade de recrutamento directo de cidadãos individuais;
- o aumento do actual limite máximo de 12 000 euros por ano para os donativos para 25 000 euros por ano e por doador;
- a convergência organizativa dos partidos políticos ao nível da UE com o objectivo de, no futuro, criar um sistema partidário transnacional;
- os recursos independentes cuja posse os partidos políticos europeus são obrigados a demonstrar poderiam ser reduzidos para 10% do seu orçamento total, com vista a promover o desenvolvimento desses partidos.

Após o resultado positivo da votação, a deputada Giannakou afirmou que os partidos políticos europeus devem actuar como representantes do interesse público europeu. Este relatório vem abrir caminho a uma maior democratização no seio da UE e a uma maior eficiência do sistema político da União. Permitirá igualmente aos cidadãos da UE uma participação mais activa na vida política da União, apoiando a disposição do artigo 10.º, n.º 4 do Tratado de Lisboa segundo a qual *"os partidos políticos ao nível europeu contribuem para a criação de uma consciência política europeia e para a expressão da vontade dos cidadãos da União"*.

Síria, Barém e Iémen : A UE tem de agir

Eva Mitsopoulou

Num debate no plenário sobre a situação na Síria, Barém e Iémen, José Ignacio Salafranca (ES), Coordenador do Grupo PPE na Comissão dos Assuntos Externos, afirmou: "O PE está a enviar uma mensagem de apoio aos povos destes países pela sua coragem e determinação e pelas suas legítimas aspirações democráticas."

Na sua intervenção, o deputado Salafranca sublinhou igualmente a necessidade de a Comissão utilizar integral e eficazmente o apoio existente, concedido através dos programas actuais, tendo solicitado apoio financeiro adicional da UE que possa eventualmente apoiar melhor os países e as sociedades civis do Médio Oriente e da região do Golfo na sua caminhada rumo à estabilidade e ao desenvolvimento a longo prazo.

A rejeição da violência contra manifestantes pacíficos, a promoção do diálogo com a participação de todas as forças democráticas e a sociedade civil, bem como as reformas políticas e económicas fundamentais nestes países constituem os elementos principais da transição para a democracia e do respeito pelos direitos humanos. Foram estes os pontos principais salientados pelos deputados do Grupo PPE no debate. Além disso, foi sublinhado que a UE está pronta a prestar apoio imediato, como e quando solicitado, tendo em vista a prossecução deste objectivo.

A resolução adoptada pelo plenário, que concluiu o debate sobre a situação na Síria, no Barém e no Iémen, afirma que o uso da violência por parte de um Estado contra a sua própria população tem de ter repercussões directas nas suas relações bilaterais com a UE e recorda que a UE tem ao seu dispor inúmeras ferramentas para dissuadir tal tipo de acções, como é o caso do congelamento dos bens e a imposição de proibições de viajar.

Islândia: um passo positivo rumo à adesão à UE

Os eurodeputados apoiaram por larga maioria a resolução sobre o relatório de acompanhamento de 2010 sobre a Islândia relativamente à adesão deste país à UE. A Islândia já faz parte do Espaço Económico Europeu (EEE) e a sua legislação já está em larga medida alinhada com a da União Europeia. De momento, decorre ainda o processo de controlo, e os primeiros capítulos de negociação podem ser abertos durante o Verão.

O relator, Cristian Preda (RO), saudou as reformas que visam o aumento da independência do sistema judiciário, sublinhando ao mesmo tempo a necessidade de uma execução aprofundada destas medidas. Sublinhou igualmente que espera um resultado positivo relativamente ao referendo sobre o Icesave, permitindo a concentração das negociações em questões de fundo e não em conflitos bilaterais.

Os eurodeputados também incentivaram a Islândia a manter um bom ritmo nas negociações em curso sobre as quotas da sarda, tendo nomeadamente em vista a resolução do litígio sobre a sarda, com base em propostas realistas, que salvaguardem o futuro das unidades populacionais, protejam e mantenham os postos de trabalho na pesca pelágica e garantam uma pesca a longo prazo e sustentável.

Eugen Sandu

Antiga República Jugoslava da Macedónia – Resolução do PE apela à abertura de negociações de adesão

O plenário do Parlamento Europeu adoptou esta semana uma resolução por larga maioria sobre a Antiga República Jugoslava da Macedónia.

A resolução faz uma apreciação dos progressos do país em matéria de integração europeia e apela ao Conselho para que encete de imediato negociações de adesão à UE com o país.

Eduard Kukan (SK), Chefe da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com a Albânia, Bósnia Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Kosovo, sublinhou que a Antiga República Jugoslava da Macedónia necessita de demonstrar um forte compromisso relativamente aos processos de reforma. Os principais desafios têm a ver com domínios como a administração pública e o sistema judiciário, a luta contra a corrupção, a liberdade de expressão e a economia", acrescentou.

Eduard Kukan sublinhou igualmente a importância de se encetar o diálogo político e espera que as eleições gerais antecipadas, a realizar em breve,

ajudem a ultrapassar a crise política no país. Insta todos os partidos políticos a participarem nas eleições e a envidarem todos os esforços no sentido de garantir eleições livres e justas, em conformidade com os melhores padrões internacionais.

Por último, o deputado Kukan incentiva o futuro governo da Antiga República Jugoslava da Macedónia a intensificar os seus esforços no sentido de encontrar, com a Grécia, uma solução mutuamente aceitável relativamente à questão do nome do país.

Atila Agárdi